

outubro de 2023

118

# BIODIVERSIDADE

## SUSTENTO E CULTURAS



**Territórios: lugares de encontro e de sentido**

Número 118, outubro de 2023

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

#### Organizações coeditoras

Acción Ecológica  
*notransgenicos@accionecologica.org*  
Anafae  
*octavio.sanchez@yahoo.com*  
Base-Is  
*mpalau@baseis.org.py*  
Campana de la Semilla  
de La Vía Campesina – Anamuri  
*internacional@anamuri.cl*  
Centro Ecológico  
*serra@centroecologico.org.br*  
CLOC-Vía Campesina  
*secretaria.cloc.vc@gmail.com*  
Colectivo por la Autonomía  
*erobles\_gonzalez@hotmail.com*  
GRAIN  
*larissa@grain.org*  
Grupo ETC  
*grupoetc@etcgroup.org*  
Grupo Semillas  
*semillas@semillas.org.co*  
Red de Coordinación en Biodiversidad  
*rcbcostarica@gmail.com*  
REDES-AT Uruguay  
*biodiv@redes.org.uy*

#### Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil  
Leonardo Melgarejo, Brasil  
Fabián Pachón, Colômbia  
Germán Vélez, Colômbia  
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica  
Henry Picado, Costa Rica  
Camila Montecinos, Chile  
Francisca Rodríguez, Chile  
Elizabeth Bravo, Equador  
Maria Fernanda Vallejo, Equador  
Octavio Sánchez, Honduras  
Evangelina Robles, México  
Silvia Ribeiro, México  
Verónica Villa, México  
Marielle Palau, Paraguai  
Martín Drago, Uruguai

#### Administração

Base-Is  
*mpalau@baseis.org.py*

#### Edição

Ramón Vera-Herrera  
*constelacion50@gmail.com*  
*ramon@grain.org*

#### Desenho e formatação

Sebastián D'Amen  
*sebastian\_damen@hotmail.com*

<b>EDITORIAL:</b>	1
<b>San Isidro vs AMWAY</b>	
GRAIN	3
<b>As ameaças reais precisam ser enfrentadas com coragem</b>	
Leonardo Melgarejo	6
<b>Lutas antiextrativistas, alternativas e transições a partir do ecologismo popular</b>	
Horacio Aráoz, Colectivo de Ecología Política del Sur (Argentina)	9
<b>Zonas de sacrifício e defesa territorial: o caso das consultas do Yasuní e Chocó Andino</b>	
Elizabeth Bravo (Acción Ecológica)	13
<b>Résistentes 2023, um megaencontro contra megaprojetos</b>	
Stéphanie Chiron	16
<b>Compreendendo o mundo em um grão de areia</b>	
Verónica Villa (Grupo ETC)	19
<b>A reforma agrária e a propriedade da terra na Colômbia</b>	
Fabián Pachón (Fensuagro) y Xavier León (GRAIN)	23
<b>Declaração final do Congresso Anamuri 2023</b>	
<b>"Sem medo, com convicção e esperanças, transformamos nossos sonhos em ação"</b>	
Anamuri	27
<b>Monopolização de terras, o futuro escapa das mãos como pó</b>	
Evangelina Robles González (Colectivo por la Autonomía)	29

A maior parte das fotos vem de fotógrafos e fotógrafas que se relacionam com os textos desta edição. Nem mais nem menos, Carlos Vicente foi o autor das fotos da capa e de algumas outras da chácara de Bernardo Guzmán em Guamoto, província de Chimborazo, no Equador. A revista Soberanía Alimentaria nos enviou fotos das manifestações em França no âmbito dos Résistantes 2023. Estas fotos são de Stéphanie Chiron (também autora do texto) e de Isabel Vara. As fotos do Congresso da Anamuri são da própria Anamuri. A foto do editorial é de Mario Olarte, as fotos dos projetos de Agroecologia em Jalisco são de Rodolfo González Figueroa (Rodo Mismo Diferente), as do Tribunal Popular Permanente e as da Assembleia Bri-Bri em Talamanca contra REDD+ são de Ojarasca, e as fotos da Serra de Puebla-Hidalgo são de Daniela Garrido. Fensuagro é autora das fotos dos projetos de agroecologia na Colômbia. As fotos de mulheres plantando batatas na Costa Rica e as fotos da devastação no Paraguai são de Henry Picado. Jerónimo Palomares contribuiu com fotos da devastação em Sonora, no México. Prometeo Lucero é o autor da foto de Xochimilco, também no México.

As antepassadas são gramaticalmente aquelas que foram para que o presente, nosso presente, seja

Eles herdaram e são a água, a terra, a semente e a árvore, portanto individualmente ou a floresta e o fogo, território

As antepassadas são histórias do presente narradas em outro tempo Para a capital o que foi não produz nada, para nós [mulheres] o que foi salva a semente do futuro e é o presente

As antepassadas se narram são presentes perfeitos consumados indispensáveis para entender o que aconteceu conosco e estão mais vivas do que nunca

assim, coletivamente, com a terra

José Godoy (2005)

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo. Agradecemos o apoio de RSF Small Planet Fund da RSF Social Finance, de HEKS e de Thousand Currents.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.



La Creación. Comunidade autónoma zapatista de La Garrucha, Chiapas, México. Foto: Mario Olarte (recorte)

**T**emos tendência de falar sobre a terra como uma coisa. Os latifundiários invasores, que se empenharam em privatizar áreas que foram comuns durante milênios, estão empenhados em que olhemos para ela como algo que pode ser medido, fragmentado, subdividido, enquadrado, atribuindo “usos” diversos aos diferentes “lotes”, “propriedades”, “fazendas”. As regulamentações agrárias ao longo dos séculos contribuíram para “normalizar esta percepção que apaga quase a totalidade do que implica esse lugar significativo onde as pessoas determinam a sua subsistência a partir da relação profunda e vasta que têm com um ambiente que nunca é apenas um pedaço de terra (com ou sem árvores ou vegetação).

Mas precisamos acrescentar a relação que nós como pessoas, como comunidades, coletivos, organizações, ou mesmo corporações, mantemos com esse âmbito, ou seja, com essa teia de relações que configuram o que hoje se conhece no mundo como território.

Para isso devemos fazer as distinções necessárias entre quem habita ou habitamos ou quem ocupa, invade, erode, devasta ou desfigura um determinado território, que nunca é abstrato. Está sempre relacionado com os grupos humanos que tecemos, ao longo de milênios, ou séculos ou anos, a nossa relação com esse território, o nosso tecido de relações que são esse território.

Em muitas línguas do mundo, em muitas culturas camponesas, originárias, a terra, uma “propriedade” de solo ou terra, não pode ser separada da água que lhe é consubstancial, do “morro” ou “montanha”, “da mata”, “da floresta”, insistindo em que essa teia de relações, de biodiversidade, de ciclos temporais com suas velocidades próprias de aparecimento, desaparecimento e repetição: toda uma organização oculta de todos estes fios, muitos deles ancorados nos humanos. É uma enorme e complexa tapeçaria isto que chamamos de território, mas sem dúvida não é distância, mas sim um lugar de encontro de interações cruciais e significativas.

**D**iante do panorama da grilagem de terras e da ocupação que os mandachuvas, latifundiários, corporações ou entidades do crime organizado fazem nos âmbitos onde as pessoas reproduzem as condições para resolver o que mais lhes tem significado por seus

próprios meios e estratégias de imaginação e criação, a nossa compreensão deve se abrir.

As pessoas não são despojadas da terra, ou não apenas da terra. As comunidades são despojadas da sua vida para servirem aos propósitos do capitalismo e para que os poderes possam se estabelecer e ocupar esses lugares significativos, transformando-os, num grande número de casos, em espaços de ausência de sentido, em não-lugares, em espaços-distância, espaços vazios, sem aquela capa de convivência que é o coração dos territórios que são habitados em sua plenitude por suas comunidades.

“Ao longo dos séculos, as corporações (reforçadas pelas políticas neoliberais e dotadas de instrumentos governamentais de manobra, tais como acordos de livre comércio, que legalizam e fortalecem estas políticas e as tornam inamovíveis), tentaram nos afastar das nossas fontes de subsistência – da terra, água, florestas, sementes – isto é, do nosso território. Eles nos corroem e nos tiram os nossos meios de subsistência (as nossas estratégias e saberes) com os quais as comunidades conseguimos durante séculos buscar e defender o nosso centro de referência, a nossa vida, a nossa história, a justiça e o nosso destino como comunidades e povos”\*. A criminalização do cuidado ancestral das pessoas, que justamente lhes permitia ter espaços de autonomia, está tornando extremas as condições da sua relação com os Estados, mas também força as comunidades a enfrentar o crime organizado para defender suas florestas e cultivos. A perpétua invasão dos territórios, expressa em incêndios e desmatamentos, em ataques armados, em perseguições aos que defendem esses enclaves de resistência, essas florestas, esses mananciais, faz parte de uma guerra de incapacitação contínua das pessoas, e essa incapacitação exige quebrar os laços entre elas e o seu território: em outras palavras, tem a urgência de impedir que as pessoas compreendam a profunda rede de relações entre as comunidades e o mundo. É a expulsão, o exílio, a face menos exposta, mas mais visível desta guerra contra a população, pois ocupa suas áreas mais cruciais para servir ao agronegócio, ao extrativismo da água, minerais, petróleo, gás e trabalho. A especulação imobiliária e financeira, a bioprospecção, a economia verde, o desenvolvimento do turismo, a economia criminosa e, cada vez mais, uma indústria dos cultivos de exportação de luxo, com estufas como símbolos do urbano, tecnocrático-digital nas áreas rurais, além do caudal de envenenamento com agrotóxicos, estão desfigurando aqueles âmbitos de cuidado e convivência que se mantiveram durante séculos e cuja memória permanece viva em várias partes da América Latina. As zonas de sacrifício resultantes que se multiplicam no continente nos falam da insensatez do despojo e da devastação.

Se há alguns anos o colapso da taxa de lucro das corporações era invocado como razão, hoje devemos também invocar a voracidade de expandir e aprofundar os seus produtos tecnocientíficos com os quais substituem processos reais e mergulham o mundo na evanescência digital que faz aparecerem e desaparecerem camadas e mediações da vida na terra.

É um ataque à nossa história de compreensão: com a água, as sementes, a floresta, os métodos de cultivo, a sociabilidade e a tomada de decisões. É um ataque contra o comunitário, um ataque contra a significação profunda, histórica, dos lugares. Não são apenas pedaços de terra que passam de uma mão para outra.

Quando o mundo [e o futuro] for um “lugar qualquer”, não importará que sejamos trabalhadores em qualquer lugar, em qualquer pavilhão. Ninguém mais poderá habitar nada. O mundo poderá estar cheio, mas estará vazio, e sempre estará fora do centro de onde emanavam as condições diáfanas da nossa existência na nossa situação, única, insubstituível, nossa.

Com este conjunto a seguir, Biodiversidade, sustento e culturas busca reunir as diferentes perspectivas de uma figura que não só arranhe o solo, ou reconsidere os cultivos e sementes, mas também tenta dar conta do atual horizonte complexo da crise climática, digitalização, edição genética, violência em prol de um controle rígido da maior porcentagem de processos na vida cotidiana e de longo prazo das comunidades, povos, tribos, nações. Esse conflito, controle ou autonomia são centrais para o dilema da terra simbólica, nossa mãe, irmã, filha, ancestral, abraço primordial. 🍀

\* Pré-audiência “Territorio, subsistencia y Vida Digna”, San Isidro, Jalisco, México, junho de 2013



O Tribunal Permanente dos Povos reunido em San Isidro, Jalisco, México, em junho de 2013. Os jurados foram Dora Lucy Arias, (Colômbia), Fernanda Vallejo (Equador), Jean Robert (Suíça-México) y Alfredo Zepeda (México). As autoridades do ejido apresentam seu caso contra a Amway. Foto: Ojarasca

UM EJIDO CAMPONÊS CONTRA A INVASÃO POR PARTE DE UMA EMPRESA

## SAN ISIDRO VS AMWAY

GRAIN

**S**an Isidro é uma comunidade ejidal\* em Jalisco, México. Em 1939, o governo do presidente Lázaro Cárdenas concedeu-lhes 536 hectares (ha), mas 280 desses ha nunca foram entregues a eles. Através de sucessivas manobras fraudulentas de proprietários de terras e funcionários do governo, as terras acabaram sendo compradas ilegalmente pela empresa norte-americana Amway-Nutrilite em 1994. O ejido levou o caso contra a Amway às Nações Unidas e ao Tribunal Permanente dos Povos. Denunciaram a empresa por violar o seu direito de uso das suas terras, não só para cultivar os seus alimentos, mas também para ter acesso à água e mover-se livremente pelo seu território. Eles tam-

bém denunciaram a empresa por danos ambientais, por contaminar as fontes de água e provocar impactos à saúde como câncer, danos renais e baixo crescimento infantil. A comunidade também protestou como, sem acesso à terra, foram obrigados a trabalhar para a empresa, com salários miseráveis e condições de trabalho precárias.

Raúl de la Cruz Reyes, presidente do Comisariado de Bienes Ejidales de San Isidro, afirma: “Essas terras nos foram roubadas, primeiro foram os proprietários e, depois, o pior veio quando o governo às outorgou à companhia transnacional em vez de entregá-las para nós, os camponeses. E essa empresa destruiu tudo, a fauna, tudo. Vemos que arrancam os lucros das pessoas, mas as pessoas conti-



Pré-audiência de San Isidro, TPP. O caso é apresentado por José Godoy, atestando o processo o representante do município de San Garbiel, Isidro de la Cruz, María Trinidad de la Cruz e Alejo Enciso (estes três últimos fazem parte do comissariado do ejido). Foto: Ojarasca

*Numa enorme e histórica vitória, em 30 de junho de 2022, após mais de 80 anos de luta pela recuperação de suas terras, o governo federal reconheceu que os 280 ha faziam parte do ejido e determinou que as terras deviam ser entregues à comunidade*

do ejido e determinou que as terras deviam ser entregues à comunidade. Isto confere segurança jurídica a San Isidro. Estabelece um precedente e é irreversível. Supunha-se que a Amway devolveria as terras em 14 de julho de 2022. Três dias antes do prazo final, a Amway plantou 160 ha e alegou que as leis mexicanas lhes permitiam continuar ocupando as terras até a colheita. Assim, no final a Amway devolveu apenas 120 ha. A entrega da terra foi adiada para 14 de janeiro de 2023. No entanto, nesse dia, as autoridades mexicanas não apareceram para garantir que a Amway entregasse a terra, e a empresa procedeu à instau-

nuam pobres porque levam sua riqueza para fora. Aqueles de nós que permanecemos aqui são pessoas desgastadas por tudo o que trabalhamos, enquanto algumas elites enchem os bolsos de dinheiro.”

**N**uma enorme e histórica vitória, em 30 de junho de 2022, após mais de 80 anos de luta pela recuperação de suas terras, o governo federal reconheceu que os 280 ha faziam parte

ração de ações judiciais para adiar a execução.

Em 15 de maio de 2023, a Amway entrou com uma ação judicial contra o governo mexicano através do Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) do Banco Mundial, buscando indenização por US\$ 3 bilhões em danos!

Quando GRAIN visitou a comunidade em agosto de 2023, soubemos que a comunidade não tinha acesso a toda a área de terra de 120 ha que a Amway supostamente havia entregado em julho de 2022.

A situação é ilusória. O governo aprovou a titularidade legal de 280 ha em favor de San Isidro. Depois executou a devolução de 120 ha (porque os outros 160 não estavam disponíveis de acordo com a lei). Até agora San Isidro só recuperou o controle de 60 ha porque a Amway continua a bloquear o acesso ao resto das terras e os seguranças da empresa perseguem membros do ejido que tentam plantar ou mesmo caminhar nas áreas ocupadas pela Amway.

A situação é tão frágil que embora o povo do ejido esteja determinado a recuperar todas as suas terras, por agora a sua determinação é ocupar os 60 ha que já possuem e começar a plantá-los com as suas culturas tradicionais – especialmente a milpa de milho, feijão, abóbora e diversos tipos de ervas.

O Colectivo por la Autonomía, GRAIN e muitos outros



Carmen Figueroa, a então advogada do ejido durante anos, acompanhada por Leobardo de la Cruz e músicos não identificados, cantando uma canção combativa durante o evento. Foto: Ojarasca

grupos que apoiam o ejido no processo, acompanhando de perto os acontecimentos, oferecem apoio ao ejido para garantir que a Amway entregue o restante das terras conforme já sancionado pelas autoridades.

A justiça demorou a chegar, mas já foi suficiente para 80 anos e três gerações de pessoas que não conseguiram encontrar a paz e que não têm possibilidade de viver uma vida digna. A Amway tem mais terras e deveria sair de San Isidro. Ao contrário da empresa, o ejido só possui o seu território.

**M**as quem é a Amway? O consórcio que administra a empresa é o Access Business Group. E no México opera como Amway-Nutrilite.

A Amway (Access Business Group) é a maior empresa de vendas diretas do mundo, com receitas de US\$ 8,9 bilhões em 2021. É propriedade de duas famílias norte-americanas. Uma delas é a família do bilionário Richard DeVos. O sobrenome DeVos tornou-se amplamente conhecido quando Betsy DeVos foi nomeada por Donald Trump como sua secretária de Educação. Ela é nora de Richard DeVos (irmã de Erik Prince, fundador da Blackwater). E os DeVos têm uma longa história de apoio à extrema direita nos Estados Unidos. De acordo com uma investigação sobre a família DeVos na Vanity Fair: “Desde a década de 1970, os membros da família DeVos doaram até US\$ 200 milhões ao

Grand Old Party, o Partido Republicano nos EUA, e têm sido promotores incansáveis do moderno movimento conservador – suas ideias, suas políticas públicas e suas cruzadas que combinam economia de mercado livre, um empenho para a privatização de muitas funções governamentais e muitos valores sociais cristãos.

Embora muitos outros megadoadores de extrema direita possam ter-se tornado mais visíveis ao longo dos anos (os Coorses e os Kochs, Sheldon Adelson e Mercers), a dinastia dos DeVos de Michigan destaca-se (devido à duração, ao espectro e à profundidade da sua influência). 🍷

\* Ejidos são terras rurais sobre as quais uma comunidade local tem direitos coletivos para morar, coletar, plantar e criar animais.

#### Fuentes

- <https://piedepagina.mx/recupera-san-isidro-territorio-invalido-por-amway-nutrilite-ganaron-hace-29-anos/>
- <https://www.chiapasparalelo.com/noticias/2023/01/suspenden-entrega-de-tierras-a-san-isidro/>
- <https://consumidoresorganicos.org/2023/02/13/amway-contra-mexico-y-la-vida-campesina/>
- <https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/San-Isidro-Jalisco.-La-legitimidad-de-su-lucha>
- <https://ojarasca.jornada.com.mx/2023/02/11/quien-apaga-las-luces-el-ejido-san-isidro-vs-amway-nutrilite-en-jalisco-310-9862.html>
- <https://icsid.worldbank.org/cases/case-database/case-detail?Case-No=ARB/23/15>



Assembleia em Talamanca, território Bri-Bri, Costa Rica, em resistência contra os projetos de REDD+. Foto: Ojarasca

## AS AMEAÇAS REAIS PRECISAM SER ENFRENTADAS COM CORAGEM

Leonardo Melgarejo

**A** crise climática global está instalada, e agora o nível de vida e o modelo de consumo/desperdício estabelecidos em favor dos mais ricos responde por 80% dos problemas, mas os mais pobres, que são sempre os que serão mais afetados, são chamados a ajudar a encontrar caminhos e soluções. Esperamos isso vá além do discurso e também que, uma vez convocada, a população compareça e contribua com mudanças efetivas. Afinal, sabemos que as possibilidades de cooptação são grandes e que qualquer expectativa em relação a atitudes revolucionárias, por parte dos ricos e do sistema que assegura a manutenção de seus privilégios, tende a se revelar como insuficiente, ilusória e equivocada.

As desigualdades estão na raiz de todos os problemas, e isso não pesa tanto para os patrões como para o aquecimento global. A assimetria de representatividade entre os povos do Sul e Norte, nas agências internacionais permite entender que, sem mudanças radicais na ONU, o acordo de Paris não será cumprido, e as implicações do aqueci-

mento global tenderão a se agravar de forma dramática em 2024. O futuro trará o recrudescimento de pandemias, de guerras e de genocídios pela intervenção de experiências fascistas e totalitárias.

Uma interpretação atualizada do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), do limite de +1,5°C já se mostra inviável e tende a ser superado ainda em 2024, devido às tendências inerciais já estabelecidas e irrefreáveis. Isto é de gravidade extrema, mas não significa que cada um de nós deva desanimar e se acomodar nem esperar pelo pior. Ao contrário. Significa que precisamos assumir protagonismo em formas coletivas de ação aplicadas à conscientização e à mobilização social, para antecipar o que é possível no campo da organização democrática auto protetiva.

Inicialmente, precisamos desmascarar os ilusionistas, os golpistas, os arautos de aluguel, os oportunistas e os cientistas capturados pelas corporações.

A população precisa ser alertada de que as tragédias

climáticas deste ano não são eventos aleatórios extraordinários, isolados e independentes, mas manifestações de um processo que tem sua origem em mecanismos de exploração predatória e que, mesmo sendo entendidos e enfrentados, exigirão sacrifícios que se agravarão por décadas.

Os incêndios no Norte e as chuvas no Sul do planeta, que neste ano atingiram limites inéditos, ocorreram com antecedência ao El Niño, que vem sendo equivocadamente responsabilizado por fatos que são consequências, e não causas. Em outras palavras, a sociedade precisa se dar conta de que a ganância irresponsável de alguns vem estabelecendo as raízes do desequilíbrio global e inercial, que tem causas definidas e consequências cumulativas. O El Niño está entre elas, e se repete em ciclos que variam de dois a cinco anos, cada vez com maior violência e, a cada “rodada” estabelece patamares mais elevados para a temperatura do planeta, para o degelo das calotas polares, os incêndios e as inundações aqui, lá e acolá, e inclusive para o próximo El Niño. É um processo que tem suas raízes no espírito de colonização predatória, no ecocídio desenfreado e na alienação/ignorância cultivada entre nós quanto aos limites do planeta. Neste sentido, cabe lembrar que às chuvas e deslizamentos que neste ano já contabilizam centenas de mortos, milhares de desabrigados e prejuízos econômicos impossíveis de dimensionar (considerando apenas o ocorrido no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Acre, Rondônia e Rio Grande do Sul), e que ocorreram ANTES deste El Niño que se estenderá até 2024, se seguirão dramas ainda piores, decorrentes da anunciada elevação das temperaturas em todo o planeta.

É seguro que muitas aguadas, rios e riachos até então permanentes, desaparecerão ou assumirão um caráter sazonal.

Com isso se agravarão os impactos sobre a produção agropecuária, com repercussões diretas sobre os preços dos alimentos, a carestia e a desnutrição que avançam entre nós desde o golpe de 2016. Ao mesmo tempo devem ser esperados incêndios e um recrudescimento da concentração de resíduos de agrotóxicos nas reservas de água remanescentes, com implicações sobre os sistemas de saúde e a oferta/consumo de energia em quadro de privatização das principais agências fornecedoras de tais serviços.

Como consequências veremos que as migrações se ampliam, que a violência e a ativação imprudente de obras de infraestrutura destinadas à recuperação/compensação dos danos físicos demandarão decisões, priorização e consumo de energia/produção de materiais e serviços de edificação que ampliarão as possibilidades para o clientelismo e a corrupção, além de contribuir com as taxas de aumento da temperatura global, recomeçando o ciclo. Como minimizar tais riscos ou expandir os mecanismos de cooperação e compreensão que os controlem, por parte das sociedades?

Diante de mídias controladas pelo sistema predatório, se faz urgente o estabelecimento de novos sistemas de co-

*Afinal, sabemos que as possibilidades de cooptação são grandes e que qualquer expectativa em relação a atitudes revolucionárias, por parte dos ricos e do sistema que assegura a manutenção de seus privilégios, tende a se revelar como insuficiente, ilusória e equivocada*

Assembleia no território Bri-Bri contra REDD+, Zuirí Méndez apresenta argumentos. Foto: Ojarasca



municação e monitoramento, os quais dependerão de políticas ainda não implementadas porque implicam na transferência de poder e na garantia de transparência no espírito de uma democracia participativa ainda inexistente. Isto traz outra pergunta crucial: como acelerar a construção de mecanismos que possibilitem tais respostas, sabendo que elas exigirão tempo e recursos que hoje não estão disponíveis?

Confio que apenas com vontade popular, em sociedades bem informadas, caminhos poderão se abrir para enfrentar os desafios que se colocam ao planeta neste período histórico que, segundo Luiz Marques, é o Decênio Decisivo.

Resulta evidente que precisaremos fazer os sacrifícios necessários e, desde agora, atentar para atividades que possam limitar sua extensão no tempo. Trata-se de identificar e exigir ações governamentais que impactem o processo de degradação das bases da vida. Os pontos cruciais são bem conhecidos: há necessidade de reduzir a queima

*Uma interpretação atualizada do IPCC, do limite de +1,5°C já se mostra inviável e tende a ser superado ainda em 2024, devido às tendências inerciais já estabelecidas e irrefreáveis*

de combustíveis fósseis, migrar para outras fontes de energia, recuperar os serviços fornecidos pela natureza e conter os desperdícios em todos os níveis.

Em palavras simples: podar os excessos, onde quer que eles existam.

As instituições de pesquisa e extensão rural deverão ser reorientadas e capacitadas a responder aos desafios que isto encerra, aproximando-se dos saberes populares e das formas de trabalho e conhecimentos ancestrais acumulados entre as populações historicamente adaptadas a cada ambiente, de maneira a refrear as tendências regressivas, e contribuir para sua manutenção e recuperação. O planejamento das ações institucionais deve envolver participação comunitária e se apoiar em noções geográficas e territoriais desenhadas pelos divisores naturais de água, em micro e macro bacias hidrográficas, atribuindo (em todos os níveis) maior relevância a elementos de natureza ecológica do que a conveniências e clientelismo político. 🌱

Assembleia em Talamanca, território Bri-Bri, Costa Rica, contra REDD+. Foto: Ojarasca





# LUTAS ANTIEXTRATIVISTAS, ALTERNATIVAS E TRANSIÇÕES A PARTIR DO ECOLOGISMO POPULAR

Horacio Machado Araújo. Colectivo de Ecología Política del Sur (Argentina)

1. **Transições em disputa.** Nos últimos anos, a partir das cúpulas do poder mundial, o discurso da “transição energética” consolida-se como um novo conglomerado ideológico, tecnológico e político que abre caminho para uma nova ofensiva extrativista no Sul Global. Sob a retórica da desfossilização, se pretende legitimar a intensificação da velha matriz colonial de trocas ecológicas desiguais. Longe de ser uma “preocupação climática”, esta “transição energética” vinda de cima ignora as verdadeiras raízes da

crise climática e a real dimensão de seus efeitos. Seu interesse se concentra nas taxas de rentabilidade.

Este discurso é confrontado pelas lutas antiextrativistas levadas a cabo pelas comunidades que defendem os seus territórios de vida. Estas lutas indicam que não estamos apenas enfrentando o esgotamento das fontes de energia, mas também a inviabilidade do regime extrativista do capital.

Como fenômeno político, o extrativismo refere-se a um padrão de poder que tem origem na invasão,

conquista e colonização da entidade “América”. A exploração e a pilhagem dos seus territórios e povos deram origem à articulação histórica-estrutural entre extrativismo, colonialismo e capitalismo. A acumulação incessante de valor abstrato exige o despojo sistemático e a exploração crescente de territórios/populações constituídos como meras zonas de sacrifício, de abastecimento de matéria e energia (incluindo trabalho humano) para os centros imperiais.

O extrativismo implica no consu-

mo predatório de energias vitais para abastecer a incessante roda de produção e consumo desigual de mercadorias. Sobre a apropriação oligárquica da terra, instala-se um circuito perverso de transformação sistemática dos seres vivos em recursos mercantilizáveis, que desvia sistematicamente os fluxos hidroenergéticos a partir dos usos e valores sociais de (re) produção da vida, para o mundo das insaciáveis ambições financeiras.

A crise climática não é a crise dos “combustíveis fósseis”. É a expressão da crise terminal de um modelo civilizacional fundado na depredação extrativa dos fluxos hidroenergéticos que fazem da Terra um planeta vivo.

Diante de tal cenário, as lutas antiextrativistas são concebidas como condição e ponto de partida para pensar a transição como uma grande migração civilizacional para modelos radicalmente outros de sociedade e produção social da vida em comum. À falsa solução da “transição energética”

vinda de cima, propomos aqui explorar e valorizar as transições socioecológicas a partir de baixo.

**2. Colômbia: territórios numa perspectiva ecofeminista.** A Colômbia é hoje o epicentro de uma intensa luta popular contra o extrativismo. Nos últimos anos, uma série de consultas populares permitiu a paralisação de vários projetos. As mobilizações contra projetos de mineração, petróleo e fracking permitiram múltiplas articulações intersectoriais. A Mesa Social Minero Energética e a Alianza Colombiana Libre del Fracking – emblemática na articulação entre movimentos ecologistas, comunidades indígenas e camponesas e a Unión Sindical Obrera – foram fundamentais para acabar com o fracking.

*Nos últimos anos, a partir das cúpulas do poder mundial, o discurso da “transição energética” consolida-se como um novo conglomerado ideológico, tecnológico e político que abre caminho para uma nova ofensiva extrativista no Sul Global*

Nestes processos, vale destacar a centralidade das mulheres. Elas são vitais para a manutenção da biodiversidade e das economias diversificadas como base do sustento próprio e da autonomia política dos territórios. Desempenham um papel fundamental como portadoras e educadoras de conhecimentos ancestrais sobre os territórios: ciclos da natureza, da água, da lua e suas conexões com os ritmos da agricultura, da criação de animais, dos ciclos dos corpos, além dos saberes da medicina tradicional e da saúde coletiva.

Há também a firmeza crítica das mulheres nas lutas antiextrativistas. As suas sensibilidades e posições aportam uma abordagem anticolonial e antipatriarcal que questiona profundamente a violência que o ex-

Trabalhando nas parcelas conhecidas como “chinampas”, que reivindicam os métodos tradicionais de plantio em lagos. Xochimilco, México. Foto: Prometeo Lucero



trativismo acarreta nos territórios e entre as pessoas. Colocam no centro dos processos políticos de reexistência a necessidade de recuperar e cuidar dos vínculos que foram rompidos com a natureza e no interior das comunidades.

Das resistências emerge uma construção coletiva de alternativas, como os casos das mulheres Wajú e afrocolombianas de La Guajira, envolvidas em processos de remediação e transição para territórios mais saudáveis. E das mulheres de Magdalena Medio e de Cauca que, vindas de regiões aprisionadas às monoculturas, caminham por transições agroecológicas.

Pensamos assim a energia numa perspectiva múltipla, vinculada à diversidade de dimensões e aspectos da vida em geral. As transições não im-

plicam apenas em uma mudança nas fontes de energia, mas numa redefinição integral de nossas sociedades. Esta não é tarefa de “especialistas”, mas de comunidades que são as que têm de reconstruir os vínculos e dinâmicas da vida coletiva, administrando as energias sob paradigmas de justiça e sustentabilidade interdependentes.

**3. Significado e horizonte das transições pós-extrativistas.** Num mundo em crise, as lutas antiextrativistas disputam os significados que se pretendem impor às transições. As transições ecológicas pós-extrativistas se contrapõem à agenda neocolonial de “transição energética” que se pretende impor a partir do Norte global. Eles também se opõem à colonialidade das elites governantes em nossos países. A

transição pós-extrativista não é apenas uma crítica às economias primárias exportadoras como via de desenvolvimento industrial. Não se trata de passar de um lado/hemisfério para o outro, mesmo supondo que isso seja possível. Mais do que um novo tipo de desenvolvimento industrial, busca-se uma mudança abrangente no sistema de acumulação capitalista, colonial, patriarcal e eurocêntrico. E o industrialismo é também outra versão desse mesmo sistema.

As transições que pretendemos não têm nada a ver com uma transição para modelos de negócios verdes. O Green New Deal norte-americano, bem como o programa europeu Next Generation, fazem das mudanças climáticas um novo nicho de rentabilidade e de recuperação da competitividade das suas economias.

Uma transição pós-extrativista não visa apenas uma sociedade “descarbonizada”. A ideia de sustentar a mesma economia (sua lógica, regras

*Mais do que um novo tipo de desenvolvimento industrial, busca-se uma mudança abrangente no sistema de acumulação capitalista, colonial, patriarcal e eurocêntrico. E o industrialismo é também outra versão desse mesmo sistema*

Canaviais “agroecológicos” em Pacto, Equador, ameaçados por mineradoras. Foto: Ojarasca



e objetivos), só que agora presumivelmente baseada em “energias limpas”, é um espelhismo ideológico que tem o efeito de reduzir o horizonte político da transformação.

Se o extrativismo é um regime de poder sobre o tecido da vida, o que buscamos é uma mudança em todo o sistema de vida, nas formas de compreender a riqueza, o território, a energia e os processos vitais. É uma grande mudança em direção a outro paradigma epistêmico e político: recriar as nossas formas de ser e estar na Terra e com a Mãe Terra.

**4. Do individualismo competitivo ao comunalismo cooperativo.** Nossa época apresenta-se como um momento crítico na vida da Terra e nela. É um mundo, um regime climático e um estado geológico do planeta totalmente novos. O Capitaloceno é desencadeado pelo extrativismo, o metabolismo do capital. O problema não é apenas a dependência fóssil da economia de acumulação. É a acumulação como definição do sentido e do horizonte da existência.

Uma matriz energética não é definida apenas pelo tipo de fonte primária, é uma equação de poder e um regime de relações sociais. Não implica apenas que tipo de energia usamos para mover o sistema de máquinas e objetos, mas também que tipo de energias políticas, motivacionais, movem o sistema de sujeitos.

Para além da toxicidade manifesta dos hidrocarbonetos excessivamente queimados, é necessário identificar a toxicidade primária do padrão de subjetividade que determina esse excesso. A ambição, a ganância, o guerreirismo e a atitude de conquista permanente é o que moldou o protótipo da subjetividade hegemônica moderna. O hábito de conquista – de homens brancos, violentos, ultraindividualistas e competitivos, dispostos a dominar o mundo e engoli-lo com total desprezo pelo resto do vivo – é

*As lutas antiextrativistas são um campo de aprendizagem política e de gestação dos sujeitos históricos da mudança. Proteger os territórios como espaços de vida é a modalidade das transições de baixo para cima que estão em curso*

o padrão de subjetividade subjacente à “matriz energética” do mundo colonial-moderno-contemporâneo.

Não se trata apenas de mudar as fontes de energia, mas a matriz política das energias que constituem as formas de conceber, estar e relacionar-se no e com o mundo da vida terráquea na sua totalidade.

A crise civilizacional provém da forma da gestão colonial-capitalista-patriarcal do mundo. O regime desvia sistematicamente os fluxos hidroenergéticos, desviando-os da (re)produção da vida, para o circuito necroeconômico da mercantilização. A mercantilização, mais do que a carbonização, é o que está sufocando a Terra.

As lutas antiextrativistas são um campo de aprendizagem política e de gestação dos sujeitos históricos da mudança. Proteger os territórios como espaços de vida é a modalidade das transições de baixo para cima que estão em curso. As lutas em defesa dos territórios como refúgios de vida criam novas subjetividades, sociabilidades, sensibilidades e saberes profundamente comprometidos com a valorização, a criação e o cuidado da vida. A base material e espiritual de uma nova matriz energética e de um novo regime geometabólico.

Estas lutas nos ensinam que a sustentabilidade energética é uma tarefa de recriação das comunidades de vida, dos vínculos e fluxos de interdependência dos humanos com o território e dos humanos entre si. São apostas e construções coletivas, não

de “especialistas” individuais, nem de mudanças que podem ser impostas de cima. Para produzir transformações importantes e no sentido em que precisamos delas, as mudanças, as transições têm que ser gestadas a partir do comum, a partir de baixo e de dentro.

Mas não há sustentabilidade sem justiça. E não há justiça sem comunalidade e fraternidade. A comunidade da vida humana não é um fato biológico, é uma construção política. Se quisermos sobreviver nesta nova Era, temos o desafio de reaprender e de retomar os caminhos da convivialidade, da cooperação social, o que implica refazer o caminho “civilizacional” sumido na lógica da guerra perpétua e da competição cega, até à morte, na qual fomos mal educados.

Não há transição energética sem uma pedagogia política que nos “ensine” a construir comunidade e a conviver fraternalmente. A confraternidade (intraespecífica, mas também interespecíes) não é um componente “ideológico” nem um “mandato moralista”: é uma condição material da vida.

A comunidade não é uma entidade romântica. Implica uma energia social regulada pela e para a vida. Implica uma matriz de relacionalidade circular, de fluxos de energia ordenados segundo critérios de reciprocidade, interdependência, mutualidade, compromisso coletivo. Em suma, uma matriz de esforços e prazeres equitativamente partilhados.

Se a espécie humana tem possibilidades para o futuro, essas possibilidades, essa esperança, está posta na medida em que um comunalismo cooperativo possa se sobrepor à lógica do individualismo competitivo. Não precisamos apenas deixar o petróleo no solo. Precisamos nos emocionar com a maravilhosa complexidade da vida da Terra, na Terra e com a Terra. Corpos sencientes e conscientes em uma grande comunidade de comunidades conviventes. 🍀



Devastação na costa/deserto de Sonora, no México. Foto: Jerónimo Palomares

## ZONAS DE SACRIFÍCIO E DEFESA TERRITORIAL: O CASO DAS CONSULTAS DOYASUNÍ E CHOCÓ ANDINO

---

Elizabeth Bravo

**D**epois de várias décadas de luta a favor de Yasuní, em 20 de agosto de 2023, o povo equatoriano votou decididamente pela suspensão de toda a atividade petrolífera naquele canto da Amazônia equatoriana. Que o petróleo bruto seja mantido no subsolo, que deixe de ser uma zona de sacrifício.

Nesse mesmo dia, a população do Distrito Metropolitano de Quito votou esmagadoramente pela proibição da mineração artesanal em pequena, média e grande escala na área chama-

da Chocó Andino, localizada no noroeste da cidade de Quito, conhecida também como a “capital mundial da rapadura orgânica”. Desta forma, evitou-se que esta área de grande importância dos pontos de vista ecológico e cultural fosse convertida em zona de sacrifício.

As zonas de sacrifício são aqueles locais onde se prioriza o ganho econômico em detrimento dos direitos humanos e da natureza, gerando devastação ambiental através da poluição, desmatamento, destruição de ecossis-

temas e de modos de vida. Configuram-se quando há uma intencionalidade do Estado, seja porque permite ou executa ações destrutivas que geram benefícios, seja porque se abstém de tomar medidas para impedir as ações dos atores econômicos responsáveis.

Nestas zonas de sacrifício, os Estados exigem que sectores da população, considerados inferiores, façam uma oferenda para alcançar um bem maior, um bem universal, com conotações morais, quase heroicas. Exige-se uma renúncia sacrificial para al-

*As zonas de sacrifício são aqueles locais onde se prioriza o ganho econômico em detrimento dos direitos humanos e da natureza, gerando devastação ambiental através da poluição, desmatamento, destruição de ecossistemas e de modos de vida*

cançar o progresso, a modernização, e estas exigências são feitas sob o pressuposto de que “danos negativos aceitáveis” em nível local são essenciais, trocando-se pelo bem comum.

Pede-se a segmentos da sociedade que sacrifiquem as suas terras ou modos de vida, para que outros possam ter uma vida melhor, sob o argumento das aspirações universais, como se todos fôssemos e tivéssemos a mesma escala de valores e aspirações.

Este é o caso do Parque Nacional Yasuní, lar de povos indígenas em isolamento, e considerado pela ciência ocidental como o lugar com maior biodiversidade do planeta. Justamente ali existem importantes reservas de petróleo, com petróleo bruto de péssima qualidade. Os diferentes governos no poder insistiram em sacrificar a área por um “bem maior”: a geração de divisas para sustentar a economia do país, embora grande parte das receitas do petróleo não sejam utilizadas para melhorar as condições de

vida da população, mas para pagar a dívida externa.

O Estado pediu à população equatoriana que aceitasse que Yasuní seja uma zona de sacrifício, e o que propôs foi que aceitássemos um ato de fé, porque não sabemos exatamente os volumes de petróleo bruto que sairão de cada poço perfurado, quando secarão, quantos novos poços precisarão ser perfurados para que o campo de petróleo seja rentável, já que é um campo de baixa qualidade.

E cálculos são feitos: quanta biodiversidade pode ser sacrificada em troca desta aventura petrolífera. No Chocó Andino se calcula se a extração mineira é mais lucrativa que a produção de rapadura, sem considerar que o que está em jogo é o modo de vida de seus habitantes.

Embora um acidente não possa ser considerado como sacrifício, por não haver intencionalidade, a omissão de normas ou protocolos, ou a simples realização de obras que jamais deve-

riam ter sido realizadas em determinados locais, os transforma em áreas de sacrifício. É o caso do rio Coca, no Equador, represado para atender ao maior projeto de geração de energia elétrica do país. Ali confluem vários fatores de risco: há atividade sísmica, está localizado nas encostas de um dos vulcões mais ativos do Equador, por lá passam os dois oleodutos que transportam petróleo bruto para exportação. A confluência desses fatores fez com que se iniciasse um agressivo processo de “erosão regressiva” do rio, o que fez com que o rompimento dos dois oleodutos ocorresse no dia 7 de abril de 2020 porque a estrada desapareceu, colocando também as comunidades às margens do rio em sério risco. Foram feitas algumas variantes para os oleodutos e para a estrada, mas a erosão avança. O governo diz que é um fenômeno natural e que a ruptura dos gasodutos foi um acidente, mas foram decisões errôneas do Estado que construíram esta zona de sacrifício.

Existem zonas de sacrifício onde convergem no mesmo local atividades mineiras ou de extração de petróleo, refinarias de metais ou de hidrocarbonetos, dutos ou infraestrutura portuária-

Devastação no Paraguai, por conta do agronegócio. Foto: Henry Picado



rias, e para que tudo se mova, alguma fonte de geração elétrica. Todos estes elementos destrutivos são necessários para que o objetivo econômico seja alcançado: neste caso, o extrativismo. Nestas zonas de sacrifício existem fatores adicionais de risco, que são atraídos pela aparente prosperidade econômica, como a proliferação da economia criminal. Soma-se a isso a cumplicidade do Estado em ignorar a aplicação das normas ambientais. São zonas de sacrifício criadas pela omissão do Estado, que deixa de exercer o seu papel de controle e de aplicar os direitos humanos.

Tomando emprestadas as palavras de Alberto Acosta, existem áreas sacrificáveis devido à sua abundância. É a maldição da abundância que faz com que áreas com solos de extraordinária fertilidade, territórios com abundância de minerais ou hidrocarbonetos, sejam áreas sacrificadas para a geração de lucros. É o caso do Pampa Úmido argentino e da Bacia Baixa do Rio Guayas, áreas de altíssima fertilidade, dedicadas ao agronegócio e à agroexportação, com o apoio determinado do Estado. É o caso também das áreas de mineração na Bolívia, no Peru e no Chile, cujos impactos vão

além da área de exploração, pois seus resíduos contaminam os rios, transportando a contaminação ao longo de seu percurso.

Existem atividades econômicas que criam zonas de sacrifício em locais que não estão necessariamente ligados à abundância de um local, mas são considerados menos valiosos do ponto de vista econômico, social ou ambiental. Ali se instalam depósitos de lixo ou de resíduos tóxicos, refinarias e outras atividades de risco.

E o que muitas vezes é proposto são compensações. Desta forma, as pessoas, as cidades, a natureza tornam-se “sacrificáveis” na medida em que se pode calcular uma compensação econômica ou se assegure a disponibilização de serviços. Na consulta popular do Yasuní, entre os argumentos apresentados pelo governo da época e pelas companhias petrolíferas para que a população equatoriana votasse NÃO para deixar o petróleo do Yasuní no subsolo estava que a população local ficaria sem água canalizada, sem serviços de saúde e de educação, uma vez que as empresas petrolíferas eram as responsáveis pela prestação desses serviços. Foi uma forma de chantagem feita com a po-

pulação local: ou aceitam que esta área seja sacrificada para que possam ter acesso a estes serviços, ou ficam sem eles. Outro argumento era que se perderiam as fontes de trabalho geradas pela empresa – empregos temporários e perigosos – ... e o resultado foi que os moradores votaram SIM para deixar o petróleo no subsolo.

Tudo isso faz com que o sacrifício se torne um problema de controle moral. A violência sacrificial é onipresente, está em cada estrada, em cada mina, em cada poço de petróleo e depósito de resíduos tóxicos. É por isso que toda a argumentação, ações e regulamentações que justificam a violência sacrificial devem ser questionadas, resistidas e confrontadas. Suas escalas de valores, desmanteladas, e sua lógica desmistificada e revelada.

Os resultados das consultas populares a favor do Yasuní e do Chocó Andino são primeiros passos importantes, porque ainda falta muito para que se aplique a vontade popular, pois ainda existe o perigo de que por parte do Estado e das empresas persista a vontade para que estas áreas sigam sendo zonas de sacrifício, como demonstram declarações feitas pelo Poder Executivo. 🍷

Monocultivos de soja promotores da devastação no Paraguai. Foto: Henry Picado



# RÉSISTENTES 2023, UM MEGAENCONTRO CONTRA MEGAPROJETOS

Stéphanie Chiron

**A** pesar da tentativa do governo francês de dissolver o movimento Soulèvements de la Terre (Revoltas da Terra), as lutas locais pela defesa dos territórios rurais não pararam durante o verão. Entre os dias 3 e 6 de agosto de 2023, na simbólica localidade de Larzac, o encontro Résistants 2023 reuniu mais de 7.500 pessoas por iniciativa de três organizações de referência: o sindicato

Confédération Paysanne e as organizações Terre de Luttés (Terra das Lutas) e Les Faucheur-euses Volontaires (Ceifadores Voluntários).

“Boa noite! “Podem deixar o carro ali à esquerda, no estacionamento e continuar caminhando até o acampamento.” Somos recebidos por uma mulher bem agasalhada quando chegamos, ao entardecer, à zona assinalada pela placa Bienvenue aux Résistants. Saímos da área com espinhos

e azinheiras e diante de nós se abre um imenso espaço, de cerca de 10 hectares. São terras cedidas por camponeses da Société Civile des Terres du Larzac, onde estão sendo montadas as barracas que acolherão 150 associações e coletivos de todas as regiões francesas e de outros lugares. Durante estes dias serão trocadas experiências, criadas alianças e realizadas formações sobre temas tão diversos como “O direito, ferramenta de

A mobilização. Foto: Stephanie Quiron. Cortesia da revista Soberanía Alimentaria



luta no combate aos projetos contaminantes”, “Resistência ao mundo digital”, “A Comuna de Paris”, “Tomar as terras numa perspectiva feminista”, “Como conseguir fundos para financiar as lutas? ou “Lutar sem se queimar”.

Nos demos conta da dimensão do encontro quando procuramos o acampamento das pessoas voluntárias. Os participantes da montagem das instalações instalaram-se ali durante a semana anterior. “Lembramos vocês que amanhã de manhã nos reuniremos aqui para distribuir os grupos de trabalho. Vai ser um dia complicado. À tarde as autoridades virão para visitar as instalações”, explica um jovem casal com um megafone. Cerca de cem pessoas estão reunidas em círculo, é a assembleia que fecha o dia.

No total, cerca de oitocentas pessoas atenderam às necessidades do evento na cozinha, administraram em torno de cinquenta banheiros secos e chuveiros, ajudaram a montar os diferentes espaços, cuidaram das pessoas e resistiram durante quatro dias às condições meteorológicas adversas, com queda inesperada de temperatura, chuvas e ventos fortes. E, apesar do cansaço e das tensões, o espírito festivo e a motivação não diminuíram.

“Parece que estamos num acampamento de jovens!”, exclama Maryvonne, da Rádio Larzac no espaço Mídia. Com mais de 60 anos, ele dorme numa pequena barraca ao lado da nossa. Maryvonne faz parte da Rádio Résistantes, uma estação de rádio efêmera composta por cerca de trinta estações de rádio livres e comunitárias de toda a França que ali se juntariam graças à dinamização da Rádio Larzac, uma rádio tão mítica quanto a localidade de onde transmite. Esta emissora nasceu em 2003 durante o último grande encontro organizado no Plateau du Larzac para comemorar os trinta anos da ocupação de terras que conseguiu impedir a expansão de um acampamento militar planejado pelo Estado francês.

*Num momento de grande tensão com as autoridades públicas francesas, o encontro Les Résistantes se converteu numa resposta unânime do conjunto das organizações presentes para reafirmar sua determinação em continuar se mobilizando e se apoiando mutuamente para fortalecer as mais de “600 lutas contra megaprojetos sem sentido”*

Em muitos aspectos, o encontro não foi concebido como um evento midiático, e o fato de ter sido organizado em plenas férias de verão confirma isto. Foi, por um lado, uma nova demonstração de força para continuar exercendo pressão sobre o governo francês após a sua tentativa de dissolver as Revoltas da Terra. Por outro lado, era importante facilitar o intercâmbio entre ativistas e militantes, e divulgar informações sobre as suas lutas. Durante os quatro dias, foram realizadas um total de 25 mesas redondas, 49 oficinas e formações, 34 espetáculos e projeções, e 11 assembleias, além de caminhadas para observar a fauna e flora de Larzac. “La Bambinerie” também atendia as crianças.

Durante as refeições conversamos com pessoas que refletiam a diversidade de idades, origens e condições daqueles com quem cruzamos no encontro. Vincent vivia em Paris, onde se formou em carpintaria, e assim que pôde foi em busca de “um lugar mais amável para construir uma vida de verdade”. No momento ele está muito feliz com sua companheira e seu bebê, morando em um caminhão em uma floresta em Camarés. Para Gênebaud foram quatro dias muito intensos onde pôde falar com muitas pessoas e dar a conhecer a luta em que participa em Soisson: parar a construção da fábrica de lã mineral da multinacional dinamarquesa Rockwood. Ficou com um montão de contatos

que, espera, poderão ajudar em futuras mobilizações.

Estiveram presentes no encontro grandes figuras das últimas mobilizações, como Julien Le Guet, de Bassines, Non Merci!, que enfrenta atualmente, junto com seis porta-vozes da Confédération Paysanne e outros ativistas, um julgamento marcado para 28 de novembro de 2023. Também conhecemos pessoas de projetos transversais, como Matthieu Dalmais, envolvido na proposta da Segurança Social Alimentar. Também pudemos trocar ideias com integrantes do Atelier Paysan, que trabalham na formação do campesinato em temas de soberania tecnológica e em publicações sobre a agricultura digital.

Num momento de grande tensão com as autoridades públicas francesas, o encontro Les Résistantes se converteu numa resposta unânime do conjunto das organizações presentes para reafirmar sua determinação em continuar se mobilizando e se apoiando mutuamente para fortalecer as mais de “600 lutas contra megaprojetos sem sentido”, contabilizados pelo jornal Reporterre.

E, de fato, já estavam previstas grandes convocatórias para a segunda quinzena de agosto, como o Convoi de l’eau (Comboio da Água), uma viagem de Saint Soline a Paris de tractor e bicicleta, para exigir uma moratória na construção de mega reservas de água para o agronegócio. Também estava em andamento a organização dos Rencontres des Luttes Paysannes et Rurales (Encontros das Lutas Camponesas e Rurais) na área de Bure, onde se reuniriam numerosos coletivos antinucleares da França, Suíça e Alemanha.

Os próximos meses se anunciam tensos e carregados de expectativas quanto ao futuro das Revoltas da Terra, e dos oito porta-vozes e militantes indiciados, mas também quanto à necessidade de globalizar a mobilização para opor uma resistência real à es-

tratégia de confrontação do governo francês, que tentará por todos os meios impedir a vitória de um movimento anticapitalista amplo, diverso e unido para a defesa da vida.

No dia 7 de outubro de 2023, Les Soulèvements de la Terre entraram na 6ª temporada de um calendário de ações que começou há dois anos e meio, ao saírem as medidas sanitárias mais restritivas da Covid. Sua primei-

ra convocatória tinha como objetivo a recuperação de terras férteis, defender um modelo de agricultura camponesa e de subsistência, e acabar com a artificialisation des sols (a artificialização dos solos). Com ações abertamente anticapitalistas, estruturaram-se numa base formada pelas lutas locais e pela criação de sinergias entre coletivos que atuavam no terreno e organizações de dimensão nacionais como o sindicato Confédération Paysanne e

movimentos como a Extinction Rebellion, que fizeram da desobediência civil e da mediatização de ações o centro das suas mobilizações. 🌱

Para ampliar a leitura: Las ZAD, pensar la ocupación en Francia en el siglo XXI. <https://www.soberaniaalimentaria.info/numeros-publicados/79-numero-43/943-las-zad-pensar-la-ocupacion-en-francia-en-el-siglo-xxi>

As pessoas reunidas. Foto: Isabel Vara. Cortesia da revista Soberanía Alimentaria





Compartilhando as condições do solo nas terras que este grupo trabalha no sul de Jalisco, no México. Foto: Rodolfo González Figueroa

## COMPREENENDO O MUNDO EM UM GRÃO DE AREIA

---

Verónica Villa-Arias (Grupo ETC)

**A** Terra entra no mercado. O historiador austríaco Karl Polanyi explicou há 80 anos que a origem das crises irrefreáveis de pobreza, fome, desigualdade e destruição da natureza surgiu no momento em que a economia se desvinculou do propósito de sustentar a vida. Isto ocorreu em tempos distintos para as diversas regiões e civilizações do mundo: quando o fluxo de mercadorias se tornou independente das regras derivadas da vida em comunidade, e as coisas que eram boas para todos tornaram-se coisas das quais apenas alguns obtêm benefícios. Foi assim que se estabeleceu no mundo a diferença entre o bem viver e o ambíguo “viver melhor”, como diria Ricardo Robles, missionário

que passou a vida com o povo Rarámuri nas montanhas do norte do México. Para Polanyi, esta grande transformação marca o momento na história da humanidade em que a natureza se torna coisa: um recurso, matéria-prima para a acumulação de riqueza e poder. Com a terra convertida em mercadoria, perderam-se também as relações de cuidado, holísticas ou cíclicas que as comunidades nela mantinham. Por um lado, a terra foi vendida e, por outro, as pessoas também começaram a se vender.

**Perdemos chão.** “Fomos arrancados dos vínculos com o solo, das conexões que limitavam a ação — o que tornava possível uma virtude prática — quando a modernização,



sem dificuldades, nos isolou da sujeira, do fardo, da carne, do solo e da sepultura. A economia em que nos absorveram, alguns de nós sem saber, outros a alto custo, transforma as pessoas em fragmentos trocáveis da população, regidos pelas leis da escassez. As moradias e âmbitos comuns são dificilmente imagináveis para as pessoas dependentes de serviços públicos e estacionadas em cubículos mobiliados. O pão é mero comestível, quando não tem calorias ou simples forragem. Falar de amizade, religião ou sofrimento conjunto como uma espécie de convivialidade, uma vez que o solo tenha sido envenenado e coberto de cimento, parece um sonho acadêmico para pessoas espalhadas ao acaso em veículos, escritórios, prisões e hotéis, explica a Declaração do Solo, elaborada por Sigmar Groeneveld, Lee Hoinacki, Ivan Illich e outros em 1990.

**A Terra não é suficiente.** De acordo com um artigo recen-

te do Fórum Econômico Mundial, o “crescimento” – isto é, a acumulação de dinheiro sob a forma de infraestruturas, bens e serviços – atingiu 94 bilhões de dólares em 2021. As cidades cresceram, as pessoas se reproduziram mais, mas, mesmo assim, “sustentar esta trajetória exigiria os recursos ecológicos de 2,3 planetas até 2050. Por exemplo, os Estados Unidos precisariam de 5 planetas para sustentar os seus atuais níveis de produção e consumo, a Alemanha necessitaria de 3 planetas, a Coreia do Sul quase 4, e o Brasil quase 2.

**Fugir de um planeta que ferve.** São precisamente os magnatas das indústrias mais poderosas do momento, as da digitalização, que, dado o excesso dos dados anteriores, não conseguem pensar em mais nada senão encontrar uma forma de invadir e colonizar outros espaços. Eles acreditam que propõem uma saída: se nos faltarem recur-



ços, ou houver muitos problemas para extraí-los, a mineração deveria ser feita, mas nos satélites. Procurar água também no espaço sideral é mais fácil do que parar de sujar a que existe. Também deveria ser possível ir ao espaço para o mero turismo estelar ou construir imediatamente áreas habitacionais fora da atmosfera terrestre, onde as pessoas vivam confortavelmente enquanto a Terra termina de se tornar uma fábrica e um depósito de lixo. Para Jeff Bezos “a questão é resolver o que acontece quando a necessidade de desenvolvimento confronta os limites do planeta. A humanidade teria de viver com rações limitadas, e isso seria um futuro em que os nossos filhos e netos teriam uma vida pior do que a que tivemos até agora.” As “boas notícias”, diz Bezos, é que “se decidirmos sair do planeta, em direção ao Sistema Solar, teríamos recursos ilimitados. Se quisermos dinamismo e crescimento, temos de pensar em transladar os nossos estilos de vida e ambi-

ções para fora da Terra. Devemos trabalhar nisso, insiste Bezos, e conseguir que 3 bilhões de terráqueos se mudem para outros locais do sistema solar, onde os Mozarts e os Einsteins florescerão, e a civilização será incrível em colônias espaciais em forma de cilindro, orbitando a Terra”.

Elon Musk, dono da Tesla e da SpaceX, corporação que se apropriou da maior porção da atmosfera terrestre ao colocar em órbita seus 4.300 satélites, tem o mesmo pensamento: “a humanidade deve se tornar uma espécie multiplanetária, porque a Terra está condenada e nos distanciarmos deste mundo é a única esperança para sobrevivermos como espécie.” A ideia deles é ter “colônias de reserva”, especialmente em Marte, no caso de ocorrer uma extinção humana em massa na Terra.

Quando a terra com minúscula entrou no mercado, a Terra com maiúscula começou a ferver. O planeta parece enorme, mas temos que lutar cada vez mais para ter acesso

à terra nos termos da economia centrada na comunidade, aquela que se perdeu na chamada transformação, na realidade uma deformação irrefreável, como explica Polanyi.

**Compreender o mundo em um grão de areia e o céu em uma flor silvestre** (como diz William Blake). Os povos ancestrais, os habitantes das florestas e das selvas, e mesmo o grupo cada vez mais numeroso daqueles que cultivam nas cidades, sabem que a terra e a comunidade só sobrevivem se se nutrirem mutuamente. Nem todos os destinos das infinitas civilizações foram submetidos ao futuro único do pavimento, dos motores e do dinheiro, e os saberes estão latentes entre aqueles que defendem os territórios e a vida comunitária.

Ainda somos a imensa maioria de pessoas no planeta Terra que estamos lutando por um solo no qual florescer e

para onde regressar. Enquanto Bezos e Musk planejam estender a destruição planetária ao espaço, milhões de ações diretas, legais, silenciosas, armadas, artísticas, identitárias, como grãos de areia, ocorrem a cada segundo em todos os cantos deste mundo, para recuperar as terras e a Terra. Para que não as tirem de nós, para que nos sejam devolvidas ou recuperadas, para que não as perfurem, contaminem ou desgastem. Para que não as profanem com sementes envenenadas, micróbios duvidosos ou robôs milimétricos.

Quinhentos anos depois de a troca de bens ter deixado de servir à permanência da comunidade, o povo, com as suas terras e territórios, ou com a saudade e memória deles, conhece a história, as leis, as telecomunicações e utiliza todos estes instrumentos para salvar a Terra da destruição em que o mercado a colocou. Precisamos entender o mundo olhando muito bem nosso grão de areia. 🌱

Chácaras nas ravinas da selva Lacandona, no México. Foto: Mário Olarte





Chácara de Bernardo Guzñay, em Guamote, província de Chimborazo, Equador. Foto: Carlos Vicente

## A REFORMA AGRÁRIA E A PROPRIEDADE DA TERRA NA COLÔMBIA

---

Fabián Pachón (Fensuagro) y Xavier León (GRAIN)

“Quero fazer uma pergunta a quem quiser responder: se a terra foi feita antes do nascimento dos seres humanos, digam-me com que direito eles se apoderaram dela? Como foi que compraram e quem foi capaz de vendê-la?”

Gino Gonzáles, *La tenencia de la tierra*.

**A** propriedade da terra é uma questão fundamental em qualquer país e a Colômbia não é exceção. A forma como a propriedade da terra é historicamente regulada e administrada

tem um impacto profundo na economia do país e nas distintas formas de exercer uma vida digna nas diferentes formas de território.

Na Colômbia, tentou-se durante décadas promover estratégias de reforma agrária que permitam, entre muitas outras coisas, a distribuição equitativa de terras e até a devolução de terras a pessoas que tiveram de ser deslocadas de seus territórios devido à violência.

Atualmente, a distribuição da terra na Colômbia é produto de um contexto histórico das relações de trabalho que foram forjadas em torno do desenvolvimento de um

modelo econômico de extração e acumulação, das condições político-econômicas que dominam o território, que hoje respondem às décadas das projeções extrativistas do agronegócio e sua vinculação com o aparato burocrático do Estado em nível nacional.

A Colômbia tem sido um país marcado por constantes conflitos por terras. Ao longo da história, o uso e a propriedade da terra sofreram diferentes transformações a partir da evolução do capitalismo agrário, que mudou constantemente as formas produtivas e o uso dos meios de produção que determinam uma economia de acumulação. Isto favoreceu os setores mais ricos da sociedade que por sua vez influenciaram a estrutura governamental para que esta funcione em prol de seus interesses.

A formação do campesinato ocorreu em torno da contínua restrição de acesso à terra dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes e do campesinato mestiço. O domínio, posse e controle da terra ao longo da história mantêm muitas pessoas em submissão.

A partir da Colônia, o ordenamento territorial come-

çou a ser estabelecido com base no acúmulo de riquezas. As formas de produção na América Latina correspondiam a atender as principais demandas dos mercados internacionais.<sup>1</sup> As formas de propriedade da terra e sua distribuição foram controladas por aqueles que exerciam o poder na época.

No cenário anterior, as terras de mais fácil acesso e com melhores condições para a produção agrícola e para a fundação de centros povoados foram tomadas pela lógica do latifúndio, enquanto as terras mais distantes e de difícil acesso foram ocupadas pelas comunidades em resistência. Assim foi se configurando o campesinato, a partir das contínuas lutas pelo direito à terra e pelo estabelecimento do seu próprio trabalho e da sua própria economia.

**E**xistem diversas formas de resistência nos territórios que persistem até hoje. No caso do campesinato colombiano, as formas mais frequentes consistem na criação de Zonas de Reserva Camponesa (ZRC), são 64, algumas reconhecidas, outras em processo ou projetadas,<sup>2</sup> que já

Zona de Reserva Camponesa do Sumapaz, do IALA María Cano, Colômbia. Foto: Equipe de Comunicação de Fensuagro



---

*Na Colômbia, tentou-se durante décadas promover estratégias de reforma agrária que permitam, entre muitas outras coisas, a distribuição equitativa de terras e até a devolução de terras a pessoas que tiveram de ser deslocadas de seus territórios devido à violência*



possuem uma base legal que permite fortalecer os territórios com organização para trabalhar coletivamente a terra e obter poder de decisão sobre o planejamento de bacias e microbacias hidrográficas.

Outra forma de autodeterminação territorial consiste na luta mantida por diversas organizações camponesas envolvidas no estabelecimento de territórios camponeses agroalimentares, o que permite o exercício da autodeterminação por parte do campesinato. Existem também formas de organização dos territórios das comunidades originárias (Reservas Indígenas) e das comunidades afro (organizadas territorialmente como quilombos, cumbes, rochelas ou palenques). Todas estas são formas que desenvolvem estratégias de controle territorial a partir das comunidades.

Contudo, as formas de organização territorial mencionadas não são suficientes diante de uma constante desproporcionalidade na propriedade da terra. A maioria das comunidades rurais não possui terra e aquelas que a possuem não têm o suficiente para satisfazer as necessidades econômicas das suas famílias.

Frente a essa realidade, o campesinato colombiano produz mais de 80% dos alimentos de que o país necessita.<sup>3</sup> No entanto, a concentração da propriedade rural na Colômbia é um problema que não foi resolvido e se reflete no fato de que atualmente 80% da terra pertence a apenas 1% da população.<sup>4</sup> Ou seja, embora o campesinato represente 31,8% da população total do país,<sup>5</sup> é ele quem se encarrega de alimentar, com pouca terra, a colombianos e colombianas.

A população rural é composta por 48,2% de mulheres e 25,5% de jovens entre 18 e 25 anos.<sup>6</sup> As mulheres, na maioria dos casos, realizam trabalhos não remunerados relacionados com a economia de cuidados e possuem apenas 36,6% da propriedade da terra.<sup>7</sup>

Estes números obrigaram a gerar mudanças estruturais nos últimos anos, devido ao agravamento da economia em consequência da pandemia. Desde que o novo governo tomou posse em 2022, foi promovida a construção de importantes reformas constitucionais relativas à propriedade fundiária.

O governo propôs um projeto de reforma agrária que

visa dar aos agricultores mais de 60 mil hectares em dois anos, desafio que começou com o acordo de Tómbesis em 2022, espaço em que foram entregues as primeiras terras da reforma agrária, 600 hectares que pertenciam à máfia e foram entregues a 50 famílias que fazem parte da Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Fensuagro).<sup>8</sup> Desde então, foram entregues títulos de propriedade e comodatos a camponeses e camponesas em todo o país.

A partir do exposto, apresentam-se desafios adicionais correspondentes às formas de propriedade da terra pelo campesinato, à consolidação de formas organizativas de trabalho nas propriedades entregues, ao estabelecimento de propostas produtivas baseadas na agroecologia para a promoção da soberania alimentar no país e, assim, garantir condições de vida dignas no campo.

É necessário ter em mente que o abandono do campo colombiano durante décadas estimulou a implementação de ações de organizações camponesas, indígenas e afro para que o governo promova ações que atendam a problemática dos serviços básicos nos territórios, que gerem estratégias educacionais que não promovam o deslocamento de jovens e crianças camponesas, que o sistema de saúde seja melhorado e desprivatizado, que as rotas terciárias sejam melhoradas, que sejam estabelecidas novas formas de comercialização de produtos agrícolas que consolidem um sistema de economia camponesa mais resiliente. Dentro dos planos de reforma agrária está contemplada a necessidade de consolidar uma reforma trabalhista que proteja a garantia de direitos ao campesinato. Além disso, foi proposta uma mudança de estratégia em relação ao papel desempenhado pela assistência técnica agropecuária.

Entre as importantes ações que foram promovidas pelas organizações camponesas e pelo atual governo colombiano, uma é considerada de especial importância no contexto latino-americano: aquela que corresponde ao reconhecimento do campesinato como sujeito de direito e de proteção especial, modificando assim o artigo 64 da Constituição Colombiana.<sup>9</sup> Este instrumento legislativo fornece as condições para o reconhecimento da declaração dos direitos camponeses e de outras populações do campo, de acordo com a ONU. Além disso, estão sendo estabelecidas estratégias para consolidar uma política pú-

blica de agroecologia e a tramitação no Congresso de projetos de lei de agroecologia e de soberania alimentar.

Por tudo isso, será uma contribuição para a questão agrária na América Latina acompanhar o desenvolvimento do momento que a Colômbia vive em termos de reforma agrária e tudo o que se desenvolverá nos próximos anos, em meio a uma conjuntura global particular. Cada tentativa de reforma agrária que se desenvolve a partir das bases camponesas em cada país abre um leque de possibilidades para garantir condições de vida digna no campo a partir da biodiversidade que é gerada com as diferentes formas de ser comunidades do campo. 🌱

1 O processo histórico de especialização da produção na América Latina é amplamente detalhado por Rose Mary Thorp, 1998: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/viewer/Progreso-pobreza-y-exclusi%C3%B3n-Una-historia-econ%C3%B3mica-de-Am%C3%A9rica-Latina-en-el-siglo-XX.pdf>

2 El Espectador, 2018: <https://www.elespectador.com/colombia-20-paz-y-memoria/zonas-de-reserva-campesina-64-opportunidades-para>

[proteger-el-medio-ambiente-article/](#)

3 Ministerio de Agricultura de Colombia, 2016: <https://www.mina-gricultura.gov.co/noticias/Paginas/El-83-de-los-alimentos-que-consumen-los-colombianos-son-producidos-por-nuestros-campesinos.aspx>

4 Alejandro Reyes: "En Colombia no hay un problema de tierras, hay 100 problemas de tierras": <https://www.bbc.com/mundo/noticias-americalatina-63140225#:~:text=Casi%20todos%20los%20problemas%20de,inequidad%20m%C3%A1s%20altos%20del%20mundo>.

5 DANE, 2019: [https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/ecpolitica/cp\\_ecp\\_poblacioncampesina\\_19.pdf](https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/ecpolitica/cp_ecp_poblacioncampesina_19.pdf)

6 Dejusticia, 2020: <https://www.dejusticia.org/colombia-tiene-la-primer-radiografia-de-su-poblacion-campesina/#:~:text=Miguel%20Galezzo%2FDejusticia-,Colombia%20tiene%20la%20primera%20radiograf%C3%ADa%20de%20su%20poblaci%C3%B3n%20campesina,tienen%20los%20campesinos%20y%20campesinas>.

7 DANE, 2022: [https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/notas-estadisticas/jul\\_2022\\_nota\\_estadistica\\_propiedad\\_rural\\_presentacion.pdf](https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/notas-estadisticas/jul_2022_nota_estadistica_propiedad_rural_presentacion.pdf)

8 Semanario Voz, 2022: <https://semanariovoz.com/es-historico-lo-sucedido-con-la-hacienda-tamesis/>

9 Presidência da Colômbia, 2022: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Aprobado-en-ultimo-debate-proyecto-de-act-legislativo-que-reconoce-a-los-campesinos-como-sujetos-de-derechos-230613.aspx>

"Mulheres Semente", Centro Nacional Especializado em Agricultura Orgânica, em Cartago, Costa Rica. Foto: Henry Picado

IALA María Cano. Foto: Equipe de Comunicação de Fenuagro





Terceiro Congresso da Anamuri em Valparaíso, Chile. Foto: Anamuri

## DECLARAÇÃO FINAL DO CONGRESSO ANAMURI 2023

**“SEM MEDO, COM CONVICÇÃO E ESPERANÇAS,  
TRANSFORMAMOS NOSSOS SONHOS EM AÇÃO”**

**D**o árido deserto do norte ao sul austral, do mar à cordilheira, centenas de mulheres camponesas, artesãs, assalariadas agrícolas e trabalhadoras costeiras, de povos originários e afrodescendentes, chegamos ao porto de Valparaíso para concluir nosso 3º Congresso Nacional Programático.

O processo do Congresso, que organizamos ao longo de um ano, nos permitiu lançar bases para caminhos futuros e esperançosos, que em nível local, regional e inter-regional reafirmaram as bases programáticas da Anamuri, a

nossa visão e missão. Neste contexto, em nossa mística inaugural convocamos nossas companheiras e irmãs executadas e detidas-desaparecidas, cuja luta heroica imbuiu de força esta jornada final do Congresso Nacional.

Na nossa história está o presente. No 1º Congresso Nacional Programático rompemos o silêncio e dissemos: “Nós temos a palavra”, que marcou a trajetória social e política de Anamuri (Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas). A Palavra tem razão e força, por isso a mantivemos em nosso 2º Congresso Nacional sob o lema “as mulheres continuamos com a palavra”

para reafirmar que lutamos contra o capitalismo, o patriarcado e pelos nossos direitos.

Hoje, diante do presente político, o Congresso afirma que o lema é: “Sem medo, com convicção e esperanças, devemos converter nossos sonhos em ação, mas também em luta”. Dissemos sem medo, porque devemos enfrentar a ameaça de uma direita fascista. Com convicção, porque defendemos os nossos direitos e os direitos da Mãe Terra. Com esperança, porque a semente germina nesta juventude que passa a fazer parte deste 3º Congresso e levanta as bandeiras de Anamuri. Os nossos so-

nhos sustentam a resistência, nos chamam à ação e a lutar pelo bem viver de nossos povos.

Nosso Congresso foi potencializado com a participação da Articulação das Mulheres do Campo da América Latina e do Caribe. As que compareceram para preparar a próxima assembleia mundial de mulheres da Via Campesina, acompanhadas pelos coordenadores dos Institutos Agroecológicos Latino-Americanos, IALAs. Esta participação conjunta permite lançar as bases para a formação dos novos profissionais que o campo necessita, a partir do trabalho da terra, da Soberania Alimentar e de uma consciência clara sobre o feminismo camponês e popular.

Também estiveram presentes na Assembleia, sempre solidárias e comprometidas com nossa organização, a Fundação Rosa Luxemburgo, a Fundação Heinrich Böll, a Bizilur do País Basco e do Equador, GRAIN.

Valorizamos a movimentação política dos últimos anos. Tivemos um levante popular que fez reivindicações, que visibilizou movimentos inspirados na luta de resistência do povo Mapuche. Superamos a pandemia e vencemos barreiras tecnológicas mantendo nossa organização viva e ativa, funda-

*Na nossa história está o presente.  
No 1º Congresso Nacional  
Programático rompemos o  
silêncio e dissemos: “Nós temos a  
palavra”, que marcou a  
trajetória social e política de  
Anamuri*

mentalmente em torno do desafio de posicionar, dentro do processo constitucional, as demandas camponesas, os direitos das mulheres e os direitos da Mãe Terra.

Hoje nos declaramos em rebeldia contra as manobras desta direita fascista que pretende impor uma nova Constituição Política, com uma estratégia que busca ir além do que a própria Constituição de Pinochet permitiu.

Ao longo do processo do Congresso, o foco esteve em consolidar a unidade e as alianças com os movimentos sociais e populares, entre eles, a classe trabalhadora, os movimentos ambientalistas e o movimento feminista, para garantir a Soberania Alimentar com Justiça de Gênero e preservar a Função Social da Terra e da Água, colocando no centro o direito à alimentação.

No meio de uma catástrofe climática que alterou os ciclos da natureza, com monocultivos tomando conta da paisagem, a contaminação e o extrati-

vismo que assolam os nossos territórios e destroem a nossa biodiversidade, torna-se mais urgente lutarmos unidos para defender nossas vidas e a vida do planeta.

Saudamos que o Prêmio Nacional de Geografia, este ano, tenha sido outorgado a uma mulher, mas não a uma mulher qualquer, mas a uma companheira que passou esses 25 anos ao lado da Anamuri. Por isso nos orgulhamos e fazemos nosso este reconhecimento da geógrafa Ximena Valdés.

O Congresso, além de ter sido enriquecido pelo debate político, pela construção de propostas, expressou sua solidariedade aos povos irmãos, especialmente hoje que os israelitas intensificaram os seus ataques contra o povo da Palestina, provocando um genocídio sem precedentes. O Congresso foi rodeado pela solidariedade, esperança, força e ternura, que o fizeram acontecer, levantar bandeiras, fazer crescer novos abraços que se fundiram num só, durante estes últimos três dias, especialmente dentro do nosso acampamento, que acolheu a mais de 600 delegadas de todo o país.

Saudamos a 8ª Conferência Internacional da Via Campesina e a Assembleia Mundial das Mulheres do Campo, cujo lema: “Com convicção abrimos os caminhos ao feminismo camponês e popular, construímos Soberania Alimentar e lutamos contra as crises e a violência!!!” consolida nossos andares, parafraseando o prefeito de Valparaíso, Jorge Sharp, “a via camponesa, junto com a via de Valparaíso e tantas outras vias que hoje percorrem dia a dia em diversos territórios, se encontram no caminho da unidade, da luta e da transformação.” 🌱

**“Sem medo, com convicção e esperanças, transformamos nossos sonhos em ação e luta!!!”**

*Valparaíso, 22 de outubro de 2023*

Terceiro Congresso Nacional da Anamuri, Valparaíso, Chile, outubro de 2023. Foto: Anamuri





Vales da Sierra Puebla-Hidalgo com milpas. Foto: Daniela Garrido

## MONOPOLIZAÇÃO DE TERRAS, O FUTURO ESCAPA DAS MÃOS COMO PÓ

---

Evangelina Robles (Colectivo por la Autonomía)

**A** defesa dos territórios (terra, água, natureza) mudou muito nas últimas décadas na América Latina. O livre comércio busca prevalecer sobre o direito ao território, à autonomia dos povos, ao direito de habitar um ambiente saudável e à soberania alimentar. Agora o que impera são as regras dos tratados de livre comércio (TLC) que garantem e dão certeza às empresas transnacionais sobre os seus investimentos nos territórios dos povos de cada país que os assinou.

O embate é avassalador. Só no México, a maioria das comunidades camponesas tinha entre 10 e 70 anos de posse legal de suas terras, de maneira coletiva, através dos ejidos e das comunidades indígenas agrárias, ocupando-as, reconhecendo-as, fazendo-as produzir, cuidando delas e definindo áreas de uso e cuidado comum, vivendo com dignidade em suas próprias áreas. Mas as regras constitucionais foram alteradas para dar segurança à propriedade e ao investimento

privados, retirando as garantias alcançadas pela Revolução Mexicana e sua reforma agrária. De uma propriedade social agrária inconfiscável, imprescritível e inalienável, tudo se modificou para favorecer a especulação fundiária. O campesinato mexicano não foi capaz de prever o despojo, apesar de ter sido chamado à atenção por alguns movimentos camponeses e sociais. Em janeiro de 1994, as comunidades indígenas de Chiapas, através do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), alertaram contra a entrada em vigor do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

Os camponeses, indígenas e afrodescendentes do Brasil, Colômbia e Equador não pararam de lutar pelas reformas agrárias necessárias para promover a distribuição agrária de terras que estão nas mãos de grandes proprietários e empresas agroindustriais, e é cada vez mais complexo consegui-las com as regras comerciais que priorizam o investimento privado.



Reunião de trabalho dos bancos forrageiros de La Ciénega, Jalisco, México. Tudo em um dos muitos projetos autogeridos da região.  
Foto: Rodolfo González Figueroa

No México, pelo menos 51% do território nacional é propriedade ejidal ou comunal, nas mãos de 32.083 núcleos agrários camponeses ou indígenas distribuídos por mais de 100 milhões de hectares (<https://www.gob.mx/ran/articulos/el-aga-mais-de-quatro-séculos-de-história-agrária-e-propriedade-social-no-méxico>), e a maioria das decisões são tomadas em assembleias que são a autoridade máxima, embora haja um enorme desafio que é envolver os jovens no funcionamento dos ejidos e das comunidades, e é cada vez mais difícil completar o quórum legal para estabelecer a assembleia.

Desde a entrada em vigor dos TLC há um ataque aos territórios e à propriedade social, e através da apropriação das terras, estes são convertidos em grandes latifúndios ocupados por empresas e megaprojectos. Assim, perde-se a posse ou o direito de definir o uso das terras que habitam, através de processos de desapropriação, venda, despojo, arrendamento massivo ou contratos com as grandes empresas do agronegócio que utilizam as terras de forma extensiva e não têm nenhum interesse em cuidar dos recursos para o futuro próximo. Seus planos não vão além de trinta anos e logo começam a prospectar novos territórios para arrendar que estragam pelo uso intensivo de agroquímicos, pela superexploração da água e do solo, dos quais restam apenas desertos e áreas devastadas em poucos anos. Solos que se formaram em milhares de anos são erodidos em

menos de cinco anos. A preocupação principal das empresas é gerar lucros e isso elas defendem a qualquer custo.

**N**o âmbito da celebração dos primeiros 100 anos de constituição do Ejido de La Ciénega, no Município Agroecológico de El Limón, Jalisco, México, foi realizado um encontro de representantes agrários da região e algumas de suas reflexões foram as seguintes:

“A terra dá alimento para nós, nossos filhos e netos. Devemos inculcar a união e o amor pela terra. Acordos por unanimidade nos fortalecem. Precisamos retomar os princípios da Revolução Mexicana e de nossos líderes. Temos que melhorar nossas terras de uma forma não agressiva, mais natural. Nos equivocamos ao pensar que a Terra é infinita. Se não fizermos bom uso e aproveitamento, isso nos levará a grandes problemas. A individualização promovida pelas reformas de 1992 está minando as assembleias e os novos ejidatários que compraram direitos agrários. Querem que as terras de uso comum sejam distribuídas e desapareçam, ou que o ejido desapareça para então distribuir individualmente a terra. Vemos claramente a ameaça do retorno da grande propriedade fundiária. Muitos ejidatários ou os seus filhos fogem e vão para os Estados Unidos, devido à violência, à expropriação ou à pobreza. Onde estão os jovens? Quem continuará a administração da terra? Quem vai se preocupar em manter melhor a terra



e o território? Quanto um ser humano necessita para ser e viver feliz? A terra, o território, a comunidade e o ejido podem fornecer o que é necessário. Sempre e quando a terra seja de quem a trabalha, como antes da reforma agrária de 1992, que quando alguém ia embora designava seu terreno para outra pessoa que quisesse trabalhar e usufruir dele. A quem compra hoje terras ejidales interessa a propriedade individual, não a comunidade e quer dividir tudo o que é comum e privatizá-lo, e quem está vendendo só está interessado no dinheiro. É um momento urgente de reflexão mais profunda, de parar a devastação e de saber viver na terra com o que temos. Há muito dinheiro dos EUA e de empresas transnacionais querendo monopolizar a terra. Mas nós queremos recuperar a terra invadida e tentar um novo modelo que seja amigável ao nosso meio ambiente. Nos preocupa que não existam leis que regulem as monoculturas. O agave e outras espécies estão provocando muitos danos, mas a visão privada, particular, não permite que a comunidade consiga regular isso. Esses cultivos comerciais podem consumir a terra. Não se deveria poder semear o que causa dano. Esse solo foi formado ao longo de milhares e milhões de anos. E agora, em dois anos, derrubam a floresta, plantam agave e o solo se vai. Isso que levou centenas ou milhares de anos para se formar está fugindo por entre nossos dedos. A propriedade comunal, a terra de uso comum, beneficia a todos os que habitamos o território.

rio. Devemos reverter o mal que fizemos à natureza. Levar os filhos, filhas e a família para a assembleia é incentivar o amor pela terra. Tem que levá-los para a milpa, para o potreiro, para o morro, para a montanha. Não se ama o que não se conhece.

**O que significa a defesa do território e da agricultura em 2023?**

As comunidades questionam-se como se dá o apego ou o desenraizamento em relação ao território, como vamos defender e cuidar da vida rural, agrária, camponesa. Como, com as limitações dos sistemas educativos, ou com as imposições de consumo e da tecnologia, vamos conseguir inculcar o conhecimento do território e da vida camponesa como um modo de vida necessário e viável que nos leve a promover reformas agrárias e populares, e a conter as contrarreformas promovidas pelo livre comércio e todas as suas instituições, avalizadas por governos nacionais fracos e desorientados.

Na recente reunião do Espacio en Defensa de los Territorios e da Red en Defensa del Maíz no México, foi analisada a disputa que conseguiu impor regras comerciais que subjagam os direitos humanos e coletivos, tornando mais

*Há uma brutal mercantilização e especulação do território fragmentado, buscando a apropriação de tudo como mercadoria: solo, água, árvores, clima, minerais, sementes e paisagem*



Guamate, Chimborazo, Equador. Chácara de Bernardo Guzñay. Foto: Carlos Vicente

*É necessário em nível global que o uso e o destino da terra estejam nas mãos de quem tem habitado os territórios*

difícil defender o direito ao território.

Em todo o mundo, a urbanização como modelo de vida e de consumo começa a ser questionada. A imagem do urbano-industrial continua a se impor sobre

o rural, que é visto apenas como uma fotografia estática para recordar. Há uma brutal mercantilização e especulação do território fragmentado, buscando a apropriação de tudo como mercadoria: solo, água, árvores, clima, minerais, sementes e paisagem.

Entendemos que o território é constituído como um todo e deve ser defendido na sua integralidade. A principal estratégia para isso é manter vivas as assembleias que falem livremente sobre esta integralidade, e administrá-las com a inteligência e a estratégia da comunidade.

A expropriação de terras tem muitíssimas caras, algumas até disfarçadas como soluções para a crise alimentar ou climática, como o arrendamento, a contaminação e a deterioração-erosão, a incursão nos mercados de carbono e outros truques dos especuladores globais de terras. A expropriação devido à violência, os deslocamentos forçados devido aos efeitos das alterações climáticas, dos megaprojetos ou das crises sanitárias nos levam a perguntar: como poderão ter direito ao território tantos afetados,

migrantes e deslocados? E os povos afrodescendentes que chegaram escravizados à América?

Todas as invasões são multifatoriais, possuem diferentes camadas, são sistemas de ocupação territorial para facilitar os processos de produção industrial, especulação e mercantilização, conforme afirma o Congresso Nacional Indígena em seu comunicado de 5 de outubro de 2023. (<https://www.congresonacionalindigena.org/2023/10/05/palabra-del-congreso-nacional-indigena-en-la-conferencia-de-prensa-accion-global-por-el-momento-alto-a-the-war-contra-o-povo-do-mexico-e-do-mundo-para-os-povos-zapatistas-e-para-o-pu/>)

A enorme complexidade e a soma das lutas podem tornar visíveis a violência e a imposição, juntar a força e a criatividade para enfrentar o livre comércio como a única política acima dos direitos humanos e coletivos, que está corrompendo e causando estragos, colocando em risco os povos indígenas e campesinos, e com eles o futuro da humanidade.

É necessário em nível global que o uso e o destino da terra estejam nas mãos de quem tem habitado os territórios, que se entenda qual a diferença entre o uso agrícola camponês e o uso industrial da terra, e porque os latifúndios, as monoculturas, a urbanização e a pilhagem extrativista não são a solução frente às crises alimentar e climática – entre muitas outras crises. 🌱

**A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:**

[www.grain.org/biodiversidad](http://www.grain.org/biodiversidad) y en [www.biodiversidadla.org/Revista](http://www.biodiversidadla.org/Revista)

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:  
<http://www.biodiversidadla.org>

*A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:*

*Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)*

*Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras ([www.anafae.org](http://www.anafae.org) e [www.redanafae.com](http://www.redanafae.com))*

*BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)*

*Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)*

*Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)*

*CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)*

*Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)*

*GRAIN (<http://www.grain.org>).*

*Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)*

*Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)*

*REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)*

*Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)*

**Sites temáticos:**

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A **Alianza Biodiversidad** convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação.

Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista **Biodiversidade, sustento e culturas**, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a **Alianza**. Os convidamos a colaborar acessando a página: [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas\\_y\\_Acciones/DONAR\\_-\\_Alianza\\_Biodiversidad](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

**Equipe de Comunicação da Alianza Biodiversidad**  
**Henry Picado**

[biodiversidadrevista@gmail.com](mailto:biodiversidadrevista@gmail.com)

